

Câmara de Salvador instala comissões permanentes e define presidências

HENRIQUE BRINCO
REPÓRTER

A Câmara Municipal de Salvador instalou, na manhã de ontem, as 13 Comissões Permanentes da 20ª Legislatura. Essenciais para o funcionamento da Casa, os colegiados têm a responsabilidade de analisar e emitir pareceres sobre projetos em tramitação, além de promover debates e fiscalizar o Executivo. Cada comissão é composta por sete vereadores titulares e dois suplentes, obedecendo à representação proporcional dos partidos e blocos parlamentares.

Na Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final, Sidninho (PP) foi elei-

to presidente, tendo Aladilce Souza (PCdoB) como vice. A posse ocorreu ontem. A Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização será comandada por Daniel Alves (PSDB), com Paulo Magalhães Júnior (União) na vice-presidência. Já a Comissão de Planejamento Urbano e Meio Ambiente terá Paulo Magalhães Júnior (União) como presidente e Rodrigo Amaral (PSDB) como vice.

A Comissão de Transporte, Trânsito e Serviços Públicos Municipais será presidida por Hélio Ferreira (PCdoB), com Anderson Ninho (PDT) na vice-presidência. No colegiado de Direitos do Cidadão e Defesa do Consumidor, Roberta Caires (PDT) assumiu a presidência, enquanto Jorge Araújo Repórter (PP) foi

eleito vice. A Comissão de Desenvolvimento Econômico, Turismo e Relações Internacionais terá João Cláudio Bacelar (Podemos) como presidente e Marcelle Moraes (União) como vice.

Na Comissão de Educação, Esporte e Lazer, Cris Correia (PSDB) assumiu a presidência, com Téo Senna (PSDB) na vice. A Comissão de Saúde, Planejamento Familiar e Previdência Social será presidida por Débora Santana (PDT), tendo Maurício Trindade (PP) como vice. Já a Comissão de Reparação terá Marta Rodrigues (PT) como presidente e Ireuda Silva (Republicanos) como vice.

Cézar Leite (PL) foi eleito presidente da Comissão de Assistência Social e Direitos das Pessoas com

Foto: Reginaldo pã



A CÂMARA Municipal de Salvador instalou, na manhã de ontem, as 13 Comissões Permanentes da 20ª Legislatura

Deficiência, com Fábio Souza (PRD) na vice-presidência. No colegiado de Defesa dos Direitos da Mulher, Ireuda Silva (Republicanos) foi escolhida presidente, e Isabela Sousa (Cidadania), vice. Sílvio Humberto (PSB) comandará a Comissão de Cultura, tendo André Fraga (PV) como vice. Por fim, na Comissão de Legislação Participativa, Alex Alemão (DC) foi eleito presidente e

Eliete Paraguassu (PSOL) assumiu a vice-presidência.

O presidente da Câmara, Carlos Muniz (PSDB), ressaltou a importância das comissões para o funcionamento do Legislativo, destacando seu papel na análise de projetos, promoção de audiências públicas e fiscalização do Executivo. O líder do governo, Kiki Bispo (União), enfatizou a responsabilidade dos colegiados

na tramitação de matérias como o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU), destacando a necessidade de participação popular nos debates. Já a líder da oposição, Aladilce Souza (PCdoB), celebrou o clima de unidade na instalação das comissões e defendeu a autonomia do Legislativo na busca por soluções para os desafios urbanos de Salvador.

CONGRESSO

Rui volta a enfrentar críticas da nova cúpula do Centrão



NA CÂMARA dos Deputados, é visto que Rui tinha um canal de diálogo mais fluido com o ex-presidente Arthur Lira

MATEUS SOARES
REPÓRTER

Sob nova direção no Congresso, integrantes do Centrão buscam aproveitar as discussões sobre a reforma ministerial do governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) para desgastar a imagem de um dos principais ministros, o chefe da Casa Civil, Rui Costa (PT). De acordo com informações do jornal Folha de São Paulo, embora a possibilidade de saída de Rui seja considerada remota, o bloco político busca mudanças na sua relação com os parlamentares.

Na Câmara dos Deputados, por exemplo, é visto que Rui tinha um canal de diálogo

mais fluido com o ex-presidente Arthur Lira (PP-AL), mas desde que Lira rompeu com o atual responsável pelas articulações políticas, Alexandre Padilha (Relações Institucionais), a situação mudou.

Aliados do ministro ouvidos pela Folha afirmam que essa conexão não se repetirá com o recém-eleito presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB). No Senado, também há insatisfação com o trabalho de Rui, especialmente após os impasses sobre o pagamento de emendas parlamentares no final de 2024. Alguns membros do Centrão afirmam que o governo só resolverá seus problemas de coordenação política se Rui deixar a Casa Civil. Um

nome importante do grupo sugeriu até que o ministro fosse deslocado para a Petrobras, sendo substituído por uma figura como a do ministro da Fazenda, Fernando Haddad (PT).

Elogiado
Por outro lado, conforme a publicação do jornal, Fernando Haddad é amplamente elogiado pela cúpula do Congresso, que considera Rui Costa como um protagonista de frequentes disputas políticas com o chefe da equipe econômica. O Centrão, inclusive, acredita que Rui teria tentado sabotar Haddad em algumas situações. Ainda segundo a Folha de São Paulo, porém, Rui é bem avaliado por Lula e é considerado uma peça cen-

tral para o funcionamento do governo.

Os atritos entre o Centrão e o ministro começaram a ganhar força em meados de 2024 e se intensificaram no final do ano. Em agosto, durante uma reunião no Supremo Tribunal Federal (STF) com representantes dos três Poderes para discutir emendas, houve um momento de tensão entre Lira e Rui Costa. Segundo relatos, o ministro usou o termo “rachadinha” para descrever a partilha de emendas de bancada. Ainda que a declaração não tenha abalado definitivamente a relação dos dois, Lira reagiu e afirmou de maneira contundente que rejeitava o uso da expressão para tratar do tema.

BC de Galípolo e governo Lula dão primeiros sinais de descompasso

O governo quer inflação em queda. E o BC, dentro do intervalo fixado para meta

SHEILA D'AMORIM
ESTADO DE MINAS

Seguindo a estratégia de tentar ressignificar a imagem ruim do governo demonstrada nas recentes pesquisas de opinião, governistas unificaram o discurso. Do Palácio do Planalto, passando pelo Congresso e pela Esplanada dos Ministérios, todos repetem como um mantra que a inflação vai cair com o recuo da taxa de câmbio e uma safra maior este ano, o que afeta diretamente o preço dos alimentos, vilão do IPCA (índice referência para o governo) em 2024. Deslocado desse circuito do poder em Brasília, o Banco Central,

encravado a cerda e 4 quilômetros do Palácio do Planalto, vai na contramão desse otimismo, o que sinaliza que a lua de mel do PT com Gabriel Galípolo pode estar com data marcada para acabar: maio deste ano.

O governo quer inflação em queda. E o BC, dentro do intervalo fixado para meta: entre 1,5% e 4,5%. Olhando para a frente, os diretores destacaram na ata da última reunião do Copom (Comitê de Política Monetária) que, com o cenário externo incerto, resquícios de repasses de movimentos no câmbio para os preços, economia ainda aquecida, alta nos preços dos alimentos e, especialmente, as expectativas de in-

flação ainda desancoradas, “a inflação acumulada em doze meses permanecerá acima do limite superior do intervalo de tolerância da meta nos próximos seis meses consecutivos”, configurando um descumprimento da meta que, a partir de deste ano, segue uma nova sistemática.

Inflação
Sendo assim, uma leitura do documento feita por integrantes do governo é que, com perspectiva de inflação ainda fora do controle em junho, os diretores do BC podem não se sentir confortáveis para reverter ou mesmo encerrar o ciclo de aperto nos juros iniciado no ano passado. “Se o impacto do recuo do

dólar estiver se materializando na inflação, por que tem que manter aumento dos juros?”, questiona um interlocutor do presidente Lula. “Inflação em queda não requer juros altos”, completa.

O descompasso da leitura dos riscos inflacionários e a antecipação da disputa eleitoral de 2026 para este ano darão o tom da pressão sobre o Banco Central nos próximos meses, na avaliação do mercado financeiro. O grande teste da autonomia de Galípolo e da nova diretoria do BC, que a partir deste ano é majoritariamente formada por indicados do presidente Lula, será na reunião do Copom marcada para os dias 6 e 7 de maio.



ENQUANTO o governo fala em melhora da inflação, o BC faz previsão de IPCA fora da meta. Descompasso sinaliza que lua de mel com Galípolo pode acabar

União Brasil perde espaço em meio a disputa na Smed

HENRIQUE BRINCO
REPÓRTER

Além de ficar sem a presidência da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), o União Brasil, partido do prefeito Bruno Reis, terá um espaço reduzido no comando das comissões permanentes da Câmara Municipal de Salvador. A sigla, que possui a maior bancada da Casa, conseguiu apenas a presidência da Comissão de Planejamento Urbano e Meio Ambiente, com Paulo Magalhães Júnior. A perda de influência ocorre em meio à insatisfação do

presidente da Câmara, Carlos Muniz (PSDB), com o prefeito, reflexo da disputa pelo controle da Secretaria Municipal da Educação (Smed).

Na legislatura passada, o União Brasil presidia tanto a CCJ, com Paulo Magalhães Júnior, quanto a Comissão de Desenvolvimento Econômico, Turismo e Relações Internacionais, comandada por Cláudio Tinoco, que agora integra a Mesa Diretora como primeiro secretário. Desta vez, Carlos Muniz contrariou a legenda e nomeou João Cláudio Bacelar (Podemos) para presidir Desenvolvimento

Econômico, ignorando a indicação de Alberto Braga (União), que é cotado para assumir uma secretaria na gestão municipal.

Outra derrota do União Brasil ocorreu na Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização. O partido queria que Marcelle Moraes assumisse a presidência, mas Muniz optou por Daniel Alves (PSDB), indicando apenas Paulo Magalhães Júnior como vice. Além disso, Duda Sanches (União), nome defendido pelo partido para a CCJ, não foi indicado para comandar nenhum colegiado.

JULIA BRAUN
BBC NEWS BRASIL

A Europa passa atualmente por um de seus conflitos mais devastadores em décadas. Ao mesmo tempo, o Leste Asiático, apesar de não estar em guerra, também não vive um momento exatamente pacífico, com disputas territoriais e brigas por influência.

E uma guerra brutal entre Israel e Hamas disseminou uma onda de violência e instabilidade em todo o Oriente Médio, que agora vê um momento de pausa graças a um

acordo de cessar-fogo.

Com tudo isso, analistas, lideranças militares e governos ao redor do mundo já começam a falar na possibilidade de um conflito expandido, de proporções globais, entre as principais alianças atuais.

E, segundo especialistas consultados pela BBC News Brasil, muito disso está ligado à memória das duas guerras mundiais anteriores. Historiadores afirmam que a forma como ambos os conflitos começaram a se desenvolver nos deixam pistas para interpretar o momento atual e até antecipar a possibilidade de uma nova

guerra.

Um olhar atento às circunstâncias que levaram o mundo a duas guerras globais revela pelo menos seis fatores que aumentam o risco de conflitos regionais se ampliarem através de continentes.

Para Juliette Pattinson, historiadora e professora de Estudos da Guerra da King's College de Londres, um dos fatores comuns à 1ª e 2ª guerras — e que também foi central para dar início a diversos outros conflitos — é a emergência de sentimentos nacionalistas e imperialistas dentro dos Estados.